CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 7– Número 0375 – 30/09 à 04/10/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

Fator Acidentário de Prevenção com vigência para 2025 é divulgado nesta segunda-feira (30)

Ministério da Previdência Social - 30/09/2024

s informações referentes ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP), calculado em 2024, com vigência para o ano de 2025, já estão disponíveis para acesso pelas empresas - conforme Portaria Interministerial MPS/MF nº 4, publicada no último dia 19 de setembro de 2024, no Diário Oficial da União. O FAP foi calculado para o universo de 3.389.146 estabelecimentos em todo Brasil.

O FAP está disponível no portal da Previdência Social (https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/fap) e da Receita Federal do Brasil (www.gov.br/receitafederal).

O acesso será realizado pelo GOV.BR. As orientações sobre a utilização do sistema estão no Manual de Acesso ao Novo FAP, disponível em: V1.3_MANUAL_DE_ACESSO_AO_NOVO_FAP_atualizado_em_02.02.2024.pdf (www.gov.br).

O sistema para as empresas consultarem o valor do FAP e apresentarem contestação ou recurso foi modernizado para garantir maior celeridade. A estrutura foi adequada às novas tecnologias disponíveis, os layouts foram modernizados e a forma de acesso, alterada. As informações exibidas na nova aplicação são as mesmas existentes na aplicação antiga, incluindo as vigências anteriores.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

TST forma nova turma de conciliadores e mediadores judiciais

Tribunal Superior do Trabalho - 04/10/2024

Uma turma de 26 servidores e servidoras do Tribunal Superior do Trabalho (TST) recebeu na tarde desta sexta-feira (4), o certificado de conclusão do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores. A partir de agora, eles estão habilitados a atuar nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs), seguindo as diretrizes da Resolução 288/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Eleições: Justiça do Trabalho terá plantão judicial para atender casos de assédio eleitoral no trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 04/10/2024

Durante a realização das eleições municipais de 2024, que acontece neste fim de semana, os tribunais do Trabalho de todo o país terão um plantão judiciário exclusivo para o atendimento de casos de assédio eleitoral no ambiente de trabalho. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) instituiu uma rede nacional com magistrados (as) dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho para atuar no plano de cooperação com a Justiça Eleitoral e o Ministério Público (Federal, do Trabalho e Eleitoral).

Sindicato não terá de pagar custas processuais em ação coletiva

Tribunal Superior do Trabalho - 04/10/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) isentou o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes do Estado de Goiás e Tocantins de pagar custas

processuais no âmbito de uma ação coletiva. Para o colegiado, nesses casos, as regras do direito individual do trabalho devem ser reinterpretadas levando em conta as particularidades dos casos em que se discutem questões que vão além da esfera individual.

Empresários não conseguem reverter suspensão de carteira de habilitação por habeas corpus

Tribunal Superior do Trabalho - 03/10/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso em habeas corpus de três empresários paulistas que tiveram suas carteiras nacionais de habilitação (CNH) porque estão sendo executados por dívidas trabalhistas que ainda não pagaram. Segundo o colegiado, esse tipo de processo é inadequado, porque a decisão questionada só os impede de dirigir, mas não de se locomover.

TST dá posse à nova administração no dia 10 de outubro

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2024

O Tribunal Superior do Trabalho realizará no próximo dia 10 a solenidade de posse da nova administração. A cerimônia será às 17h, no auditório Ministro Arnaldo Lopes Süssekind, no térreo do bloco B do edifício-sede do TST, e será transmitida ao vivo pelo canal do TST no YouTube. O ministro Aloysio Corrêa da Veiga tomará posse como novo presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), acompanhado pelo ministro Maurício Godinho Delgado, como vice-presidente, e do ministro Vieira de Mello Filho, no cargo de corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Os novos dirigentes foram eleitos por unanimidade em sessão do Tribunal Pleno no dia 12 de agosto.

Covid-19: empresa de ônibus é condenada por morte de motorista que levava passageiros a UPA

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que condenou a Viação Santa Edwiges Ltda., de Betim (MG), a indenizar a viúva de um motorista que provavelmente contraiu covid-19 ao transportar, frequentemente, pessoas para uma

unidade de saúde durante a pandemia. Com comorbidades (hipertensão arterial, ex-fumante e colesterol alto), ele morreu em 6/4/2021, após 20 dias de internação.

Sócios não podem ser responsabilizados por dívidas de S.A. de capital fechado

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os sócios do Hospital Santa Catarina S.A., uma sociedade anônima de capital fechado de Uberlândia (MG), não podem ser responsabilizados pelas dívidas da empresa sem que haja provas concretas de que elas resultaram de culpa ou ação intencional deles (dolo). O colegiado afastou a chamada desconsideração da personalidade jurídica da empresa, que permitiria responsabilizar diretamente os sócios pelos valores devidos.

Desafiando o etarismo: como a colaboração entre gerações pode transformar o mercado de trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2024

Há quem diga que o ambiente de trabalho é um microcosmo da sociedade e suas dinâmicas. Não é de se estranhar, portanto, que espaços organizacionais também reproduzam estereótipos e preconceitos presentes na contemporaneidade. À medida que a população brasileira envelhece e a pirâmide etária se inverte, o mercado de trabalho enfrenta um novo desafio: o preconceito etário, também conhecido como etarismo ou idadismo. Em pouco mais de dez anos, a porcentagem de pessoas idosas na população brasileira aumentou de 10,8% para 15,8%, segundo o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH).

Semana Nacional da Execução Trabalhista 2024 bate novo recorde e movimenta mais de R$ 6,5 bilhões

Tribunal Superior do Trabalho - 30/09/2024

A Justiça do Trabalho encerrou a 14ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista 2024 com um novo recorde de arrecadação: R$ 6,5 bilhões. O valor supera os R$ 4,3 bilhões do ano passado. A edição deste ano foi promovida de 16 a 20 de setembro em todo o país.

Notícias do Executivo

MTE e Agência Francesa de Desenvolvimento firmam parceria para capacitar e melhorar serviços de atendimento do Sine

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/10/2024

Um acordo de cooperação técnica internacional entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) está permitindo que seja aplicado nas agências do Sistema Público de Emprego (Sine) as ferramentas utilizadas na intermediação de mão de obra da agência France Travail, o serviço público de emprego francês, com o apoio técnico da Expertise France.

MTE promove debate sobre prevenção ao assédio e suicídio no ambiente de trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/10/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou, no dia 2 de outubro, a live “A Inspeção do Trabalho na Prevenção ao Assédio e ao Suicídio”, conduzida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho. O evento discutiu questões relacionadas à saúde no ambiente de trabalho, destacando a importância de as empresas promoverem espaços mais saudáveis e acolhedores. Mediada por Camilla de Vilhena Bemergui, coordenadora da Comissão Nacional de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho (Conaigualdade), a live enfatizou o papel da Inspeção do Trabalho na prevenção de práticas abusivas e suas consequências graves, como o adoecimento e o suicídio.

MTE reforça combate ao trabalho análogo à escravidão em Congresso Internacional da UFMG

Ministerio do Trabalho e Emprego - 03/10/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) participou, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, do VIII Congresso Internacional da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG (CTETP/UFMG). O evento reuniu representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), além de especialistas e vítimas de exploração, para discutir o enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão em Minas Gerais.

Mais de 6.500 trabalhadores gaúchos receberão uma parcela única de R$ 2.824,00 nesta quinta-feira (3)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/10/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) libera, nesta quinta-feira (3), o pagamento de R$ 18,2 milhões, referente a 12.917 parcelas de R$ 1.412,00 cada, para os trabalhadores formais do Rio Grande do Sul. A estimativa é que os recursos beneficiem mais de 6.500 trabalhadores, que receberão duas parcelas juntas (R$ 2.824,00). Os valores são provenientes de uma medida emergencial de Apoio Financeiro às empresas gaúchas afetadas pelas graves enchentes, que aderiram à iniciativa do governo federal para a preservação de empregos no RS.

Ministro do Trabalho e Emprego em exercício participa de forma remota do “Imersão Indústria” em Belo Horizonte nesta quarta-feira (2)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/09/2024

O ministro do Trabalho e Emprego em exercício, Francisco Macena, vai participar do evento Imersão Indústria – Conexões para Inspirar, Inovação para Transformar, promovido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) de forma remota. Após ser convocado para uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro realizará sua palestra de forma remota às 14h sobre “Nova Indústria Brasil e os Impactos nas Relações de Trabalho”.

Amianto é pauta de seminário e oficinas na Fundacentro

Fundacentro - 02/10/2024

Quais caminhos percorremos desde que o Brasil baniu o amianto em 2017 e o que ainda devemos trilhar? Essa questão permeou as discussões do Seminário Desafios Contemporâneos do amianto após banimento, realizado pela Fundacentro e disponível no YouTube (manhã e tarde). Um dos resultados das discussões foi a carta enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que defende a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6200) sobre a Lei do Estado de Goiás nº 20.514. Essa legislação autoriza a extração e o beneficiamento do amianto crisotila para exportação no território goiano. A votação, que era prevista para 14 de agosto, não ocorreu.

RADAR
TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

Mercedes-Benz é condenada em R$ 40 milhões por discriminar trabalhadores lesionados

Ministério Público do Trabalho - 04/10/2024

A Mercedes-Benz do Brasil Ltda. foi condenada pela segunda instância da Justiça do Trabalho ao pagamento de indenização no valor de R$ 40 milhões a título de dano moral coletivo, por discriminar e assediar moralmente trabalhadores lesionados da fábrica da empresa em Campinas (SP).

MPT PA-AP recomenda a empresas, órgãos públicos, sindicatos e demais entidades medidas contra assédio eleitoral

Ministério Público do Trabalho - 04/10/2024

O Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT-SC) e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, firmaram nesta terça-feira (24), um acordo de cooperação técnica para combater o assédio eleitoral no ambiente de trabalho. Assinaram o documento, pelo MPT-SC, o procurador-chefe Piero Rosa Menegazzi e pelo TRT-SC, os desembargadores Amarildo Carlos de Lima, presidente, e Narbal Antônio de Mendonça Fileti, corregedor.

MPT reúne sindicatos, polícias e apresenta 'Painel de Assédio Eleitoral' durante coletiva de imprensa

Ministério Público do Trabalho - 03/10/2024

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) reuniu, na manhã desta quarta-feira (02), representantes das polícias Militar, Rodoviária Federal, de sindicatos e

associações, para apresentar o 'Painel de Assédio Eleitoral' e o Plantão das Eleições 2024.

Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas será celebrado no dia 10

Ministério Público do Trabalho - 01/10/2024

Para marcar o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas (10.10), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE) vão realizar diversas ações durante o mês de outubro para tratar do tema. Acesse o site da Iniciativa SSE para mais informações.

MPT-RS e TRT-4 iniciam tratativas para acordo de cooperação técnica

Ministério Público do Trabalho - 30/09/2024

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT -RS) se reuniu nesta sexta-feira (27/9) com o juiz auxiliar da presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), Rodrigo Trindade de Souza. Na ocasião, a procuradora-chefe do MPT-RS, Denise Maria Schellenberger Fernandes, e a vice-procuradora-chefe, Martha Diverio Kruse, iniciaram com a Administração do TRT tratativas sobre acordo de cooperação técnica entre as duas instituições.

Construtora do RS tem condenação mantida por contratar pedreiros como MEIs

Ministério Público do Trabalho - 30/09/2024

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) obteve confirmação de decisão favorável em ação civil pública, que proíbe, sob pena de multa, a contratação de pedreiros como microempreendedores individuais (MEIs) por construtora com sede em Santa Maria (RS). A empresa deverá também pagar indenização de R$ 500 mil por dano moral coletivo, que será revertido para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A ação foi ajuizada pelo procurador do Trabalho Alexandre Marin Ragagnin. Atua no 2º grau a procuradora do Trabalho Márcia Bacher Medeiros.

Palestra aborda a realidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Ministério Público do Trabalho - 30/09/2024

Qual a realidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho? Foi a partir desse questionamento que o procurador do Trabalho Ricardo Carneiro falou sobre o tema em palestra, na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe (OAB-SE). O evento aconteceu na última sexta-feira (27) e integrou as ações da campanha Setembro Verde, que busca a inclusão das pessoas com deficiência.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SINAIT vai à DTI para cobrar volta à normalidade dos sistemas de Fiscalização

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/10/2024

O presidente do SINAIT, Bob Machado, e as diretoras Rosa Jorge e Olga Valle continuam cobrando o retorno à normalidade dos sistemas de fiscalização e, nesse sentido, estiveram na tarde desta quinta-feira, 3 de outubro com o diretor de Tecnologia da Informação, Heber Fialho Maia Junior. Os dirigentes relataram a importância da volta à normalidade dos sistemas para a Auditoria-Fiscal do Trabalho e todos os transtornos que essa pane vem causando, não só para os Auditores como para os trabalhadores.

Dirigentes do SINAIT vão à SIT tratar de demandas urgentes

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/10/2024

O presidente do SINAIT, Bob Machado, e as diretoras Rosa Jorge e Olga Valle estiveram reunidos com o Secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe B0randão, na tarde desta terça-feira, 1º de outubro, para tratar de questões importantes relacionadas ao Comitê Gestor e à inoperância dos sistemas de fiscalização.

Notícias do e-Social

Publicada Nota Técnica sobre reoneração gradual da folha de pagamentos

eSocial - 03/10/2023

om a publicação da lei que estabeleceu a reoneração gradual da folha de pagamentos (Lei nº 14.973/24) de alguns segmentos empresariais e municípios de até 156 mil habitantes, foi preciso adequar o eSocial a essa nova forma de tributação. Para isso, foi publicada a Nota Técnica nº 02/2024, da versão 1.3 do leiaute do eSocial. Os ajustes promovidos pela NT 02/2024 visaram impactar o mínimo possível sistemas das empresas já implantados, com a aplicação automática das alíquotas de reoneração por meio de regras internas do eSocial, com ajustes nos leiautes limitados aos totalizadores S-5001 e S-5011.

Outras Notícias

Resolução do CNJ para diminuir ações trabalhistas é vista com desconfiança

Consultor Jurídico - 05/10/2024

Aprovada na última segunda-feira (30/9), a Resolução 586/24 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu que acordos extrajudiciais trabalhistas terão efeito de quitação ampla, geral e irrevogável — ou seja, seus termos não poderão ser questionados posteriormente. A iniciativa busca diminuir o grau de litigiosidade na Justiça do Trabalho, mas tem sido encarada com desconfiança e ceticismo pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e por advogados trabalhistas entrevistados pela revista eletrônica Consultor Jurídico.

Empregado não pode ser pessoa jurídica, diz presidente eleito do TST

Consultor Jurídico - 04/10/2024

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga, atual vice-presidente e eleito presidente do Tribunal Superior do Trabalho para o próximo biênio, afirmou que um empregado não pode ser pessoa jurídica e que há diferenças entre o que ficou conhecido como "pejotização" e as contratações terceirizadas.

TRT-2 reconhece sucessão de dívidas com base em processo que já transitou em julgado

Consultor Jurídico - 04/10/2024

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) confirmou decisão que reconheceu empresa como sucessora de dívidas trabalhistas com base em processo anterior que envolvia a mesma ré e a sucessão da mesma companhia.

Litigiosidade e solução de disputas na Justiça do Trabalho

Consultor Jurídico - 04/10/2024

Na última segunda-feira (30/9), o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou, por unanimidade, o Ato Normativo 0005870-16.2024.2.00.0000 (Resolução nº 586) [1], que prevê a realização de acordo entre empregado e empregador na rescisão do contrato de trabalho, mediante homologação na Justiça do Trabalho, com a quitação total do contrato, ficando vedada a apresentação de futura reclamação trabalhista para discutir os termos do acordo e do próprio contrato de trabalho.

Novas regras do CNJ para redução de reclamações trabalhistas: fato ou fake?

Consultor Juridico - 03/10/2024

Nesta semana teve imensa repercussão na imprensa a aprovação do Ato Normativo no bojo do Processo nº 0005870-16.2024.2.00.0000 pelo Plenário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o qual trouxe, doravante, novas diretrizes com o intuito de reduzir a litigiosidade de ações trabalhistas no país. Em linhas gerais, reformulou-se o procedimento de acordo entre o empregado e o empregador que dá ampla quitação ao contrato de trabalho, vedando que, futuramente, seja ajuizada uma ação trabalhista.

Exposição ao ruído e cobrança de adicionais trabalhista e previdenciário

Consultor Jurídico - 02/10/2024

Como se sabe, o trabalhador que é submetido a atividades penosas, insalubres ou perigosas previstas em lei tem direito ao recebimento de remuneração adicional. O agente nocivo que dá direito à percepção de adicional de remuneração pode ensejar, também, a adoção de critérios diferenciados de tempo de contribuição e idade para aposentação, quando elencado em norma expedida pelo Executivo. Trata-se do adicional de insalubridade e da aposentadoria especial, ambos assegurados na Constituição (artigos 7º, XXIII, e 201, § 1º, II).

Empresas de um mesmo grupo econômico: o que esperar do STF

Consultor Jurídico - 02/10/2024

É para se acompanhar com grande — e mais do que justificada — expectativa o julgamento do Tema 1.232 no STF, que irá decidir se empresas de um mesmo grupo econômico podem ser incluídas no polo passivo na fase de cumprimento de sentença (execução), ainda que não tenham participado da fase de produção de provas e do título executivo judicial.

TRT-2 afasta bloqueio de passaporte de devedora que ostenta riqueza nas redes sociais

Consultor Juridico - 01/10/2024

A demonstração de padrão de vida elevado e incompatível com problemas financeiros alegadamente sofridos por uma pessoa que deve direitos trabalhistas não basta para autorizar a apreensão de seu passaporte como medida coercitiva. Com esse entendimento, a desembargadora Marta Casadei Momezzo, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista), concedeu liminar para derrubar a ordem de suspensão do passaporte emitida pelo juízo de primeiro grau nos autos de uma ação trabalhista.

Corregedora-geral da Justiça do Trabalho defende maior qualificação profissional

Consultor Jurídico - 01/10/2024

A corregedora-geral da Justiça do Trabalho, ministra do Tribunal Superior do Trabalho Dora Maria da Costa, defendeu na última sexta-feira (20/9) maior qualificação profissional diante do avanço de novas tecnologias. Ela participou do XIV Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito Trabalhista (ABDT), em São Paulo.

Empresa deve indenizar gestante dispensada sem assistência sindical, decide TRT-2

Consultor Jurídico - 30/09/2024

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) reconheceu ser inválido um pedido de demissão de uma empregada gestante que foi consumado sem assistência sindical ou homologação de autoridade competente. A exigência é prevista pelo artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho para a dispensa de empregado estável, como é o caso de funcionária que esteja grávida, conforme descreve a desembargadora Maria Isabel Cueva Moraes, da 4ª Turma do TRT-2, ao relatar recurso ordinário interposto pela trabalhadora demitida.

Modulação de efeitos sobre o terço de férias: boas e más notícias

Consultor Jurídico - 30/09/2024

No último dia 19 de setembro, foi publicado o acórdão dos embargos de declaração no RE nº 1.072.485 (Tema 985), em que o STF decidiu pela modulação de efeitos da decisão que declarou a constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço de férias. O julgamento foi concluído ainda em junho deste ano, mas a publicação do acórdão era bastante aguardada, para que se pudesse examinar detalhadamente a fundamentação e os termos da medida aplicada.

"Muito bonita para ser gay": TRT-18 condena empresa por homofobia

Migalhas - 04/10/2024

Empresa de cartão de crédito indenizará ex-funcionária vítima de homofobia. Assim decidiu a 1ª turma do TRT da 18ª região, reconhecendo que a mulher sofreu ataques à sua dignidade e integridade devido a declarações ofensivas feitas por superior hierárquica.

Lei amplia inclusão de pessoas com autismo no mercado de trabalho

Migalhas - 04/10/2024

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 14.992/24, com o objetivo de implementar medidas para facilitar a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho. A nova legislação estabelece a integração de dados e a promoção de iniciativas voltadas à acessibilidade e à empregabilidade.

UFRGS indenizará em R$ 100 mil família de professor vítima de amianto

Migalhas - 04/10/2024

A 6ª vara Federal de Porto Alegre/RS determinou que a UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul pague R$ 100 mil como forma de compensação por danos morais à família de um docente falecido em decorrência de câncer. A decisão, proferida pelo juiz Rodrigo Machado Coutinho, reconheceu a existência de um vínculo causal entre a doença e as atividades profissionais exercidas pelo professor.

TST mantém CNHs de devedores suspensas por não impedir locomoção ao trabalho

Migalhas - 04/10/2024

A SDI-2 do TST manteve decisão de suspender as carteiras nacionais de habilitação de três empresários paulistas por estarem em dívida com processos trabalhistas. O colegiado considerou inadequado o recurso, uma vez que a decisão questionada apenas impede os empresários de dirigirem, mas não de se locomoverem.

Amicus curiae: PV pede para atuar em ações no STF sobre igualdade salarial

Migalhas - 03/10/2024

O Partido Verde apresentou pedido ao STF para ser admitido como amicus curiae nas ADIns 7.612 e 7.631, as quais questionam disposições da lei 14.611/23, do decreto 11.795/23 e da portaria MTE 3.714/23, que visam garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres.

TRT-2 reconhece sucessão de dívida por processo transitado em julgado

Migalhas - 03/10/2024

A 17ª turma do TRT da 2ª região manteve decisão que reconheceu a responsabilidade de empresa como sucessora de dívida trabalhista, com base em processo anterior que envolvia as mesmas partes e a mesma sucessão empresarial.

Empresa é condenada por racismo de chefe contra filhos de trabalhador

Migalhas - 03/10/2024

Em Juiz de Fora, a Justiça do Trabalho decidiu a favor de um ex-funcionário de uma empresa de produtos agropecuários que sofreu injúria racial no ambiente de trabalho. A decisão determinou o pagamento de uma indenização por danos morais no valor de R$ 5 mil. Além disso, o ex-empregado teve seu pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho aceito, com o pagamento das verbas rescisórias, conforme previsto no art. 483 da CLT.

Mantida justa causa de bancária que enviou dados sigilosos a e-mail pessoal

Migalhas - 02/10/2024

O TRT da 3ª região manteve a decisão que considerou válida a dispensa por justa causa de uma ex-funcionária de um banco em Uberlândia/MG. A trabalhadora havia enviado uma lista de clientes contendo informações sigilosas, como CPF e número de conta, para seu endereço de e-mail pessoal, infringindo o código de ética da instituição financeira.

Grupo de especialistas analisa Código de Processo do Trabalho

Migalhas - 01/10/2024

O escritório Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados, liderado pela sócia Ana Paula de Raeffray e Franco Brugioni, organizou um grupo de trabalho composto por renomados profissionais do direito do trabalho e do direito processual civil e trabalhista para analisar o recém apresentado anteprojeto de criação do Código de Processo do Trabalho (CPT).

TST: Cancelamento de vendas não isenta empresa de pagar comissões

Migalhas - 01/10/2024

A 4ª turma do TST condenou uma funerária a pagar comissões à vendedora, mesmo diante dos cancelamentos das vendas. O colegiado seguiu a jurisprudência do Tribunal, que estabelece que o cancelamento de vendas não justifica o estorno das comissões, pois o risco da atividade econômica é do empregador.

CNJ aprova quitação ampla em rescisão de trabalho homologada pela Justiça

Migalhas - 01/10/2024

Os acordos extrajudiciais homologados pela Justiça do Trabalho terão efeito de quitação ampla, geral e irrevogável - ou seja, não podem voltar a ser questionados na Justiça. Assim decidiu o CNJ ao aprovar, nesta segunda-feira, 30, a resolução 586/24. O texto veda futuras reclamações trabalhistas quando o acordo ajustado entre empregador e empregado for validado pela Justiça - desde que garantidos direitos como assistência jurídica e sindical ao trabalhador.

Mantida justa causa de atendente que usou CPF de clientes para cashback

Migalhas - 30/09/2024

A juíza de Direito Brígida Della Rocca Costa, da 62ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, manteve a demissão por justa causa de atendente que registrou compras de clientes em seu próprio CPF para acumular cashback de forma indevida. A decisão destacou que a atitude da trabalhadora foi "reprovável", já que ela se beneficiou de um programa de fidelidade sem ter feito as compras, configurando uso ilegítimo das recompensas.

Carf aprova 16 súmulas; solidariedade de grupo econômico está entre os temas

Migalhas - 30/09/2024

O Carf - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anunciou, na quinta-feira, 26, a aprovação de 16 novos enunciados de súmulas no âmbito do processo administrativo fiscal. As súmulas são vistas como um marco na uniformização das decisões, trazendo maior agilidade ao julgamento e redução de controvérsias entre contribuintes e Administração Pública.

Amianto é pauta de seminário e oficinas na Fundacentro

Revista Proteção - 03/10/2024

Quais caminhos percorremos desde que o Brasil baniu o amianto em 2017 e o que ainda devemos trilhar? Essa questão permeou as discussões do Seminário Desafios Contemporâneos do amianto após banimento, realizado pela Fundacentro e disponível no YouTube (manhã e tarde). Um dos resultados das discussões foi a carta enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que defende a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6200) sobre a Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

MTE publica resoluções que instituem GTTs sobre anexos das NRs 16 e 18

Revista Proteção - 30/09/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou, nesta segunda-feira, 30, três resoluções, no DOU (Diário Oficial da União), assinadas pelo secretário de Inspeção do Trabalho do MTE Luiz Felipe Brandão de Mello. Duas dessas resoluções instituem, pela

(CTPP) Comissão Tripartite Paritária Permanente, GTTs (Grupos de Trabalho). Uma delas, a Resolução Nº 16, de 27 de setembro de 2024, institui o GTT de revisão do Anexo 5 – Atividades Perigosas em Motocicletas da NR 16 – Atividades Operações Perigosas. A publicação apresenta os órgãos e os respectivos nomes dos representantes que compõem o GTT.

Inscrições Abertas para Webinar sobre Perfil da Mão de Obra na Construção Civil

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 04/10/2024

Estão abertas as inscrições gratuitas para um webinar inédito promovido pelo SindusCon-SP, que apresentará o Estudo sobre o Perfil da Mão de Obra na Construção Civil. O evento ocorrerá no dia 8 de outubro, às 17 horas.

Semana CANPAT Construção 2024 será na próxima semana. Participe!

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 03/10/2024

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realizará a Semana CANPAT Construção 2024 na próxima semana, de 7 a 11 de outubro. Promovido pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), o evento terá como tema “Impacto das Normas Regulamentadoras na Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção”. Especialistas em segurança e saúde do trabalho participarão de painéis técnicos virtuais, promovendo debates e atualizações sobre as normas de segurança do setor.

Seconci-SP: exame anual do coração deve ser feito em qualquer idade

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 03/10/2024

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, cerca de 300 mil pessoas sofrem anualmente infarto agudo do miocárdio (a camada muscular do coração responsável pelo bombeamento do sangue pelo corpo), ocorrendo óbito em 30% desses casos. Daí a necessidade de prevenção, com a realização de exame anual em qualquer idade, mesmo que a pessoa não tenha sintomas.

Atos Normativos

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.416, DE 19 DE SETEMBRO DE 2024 (DOU de 30/09/2024 Seção I Pág. 284)- Dispõe sobre os atos próprios dos médicos, sua autonomia, limites, responsabilidade e juridicidade;

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 (DOU de 30/09/2024 Seção II Pág. 82) – Altera os representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na Comissão Nacional de Tripartite Temática (CNTT) da Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18) Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção;

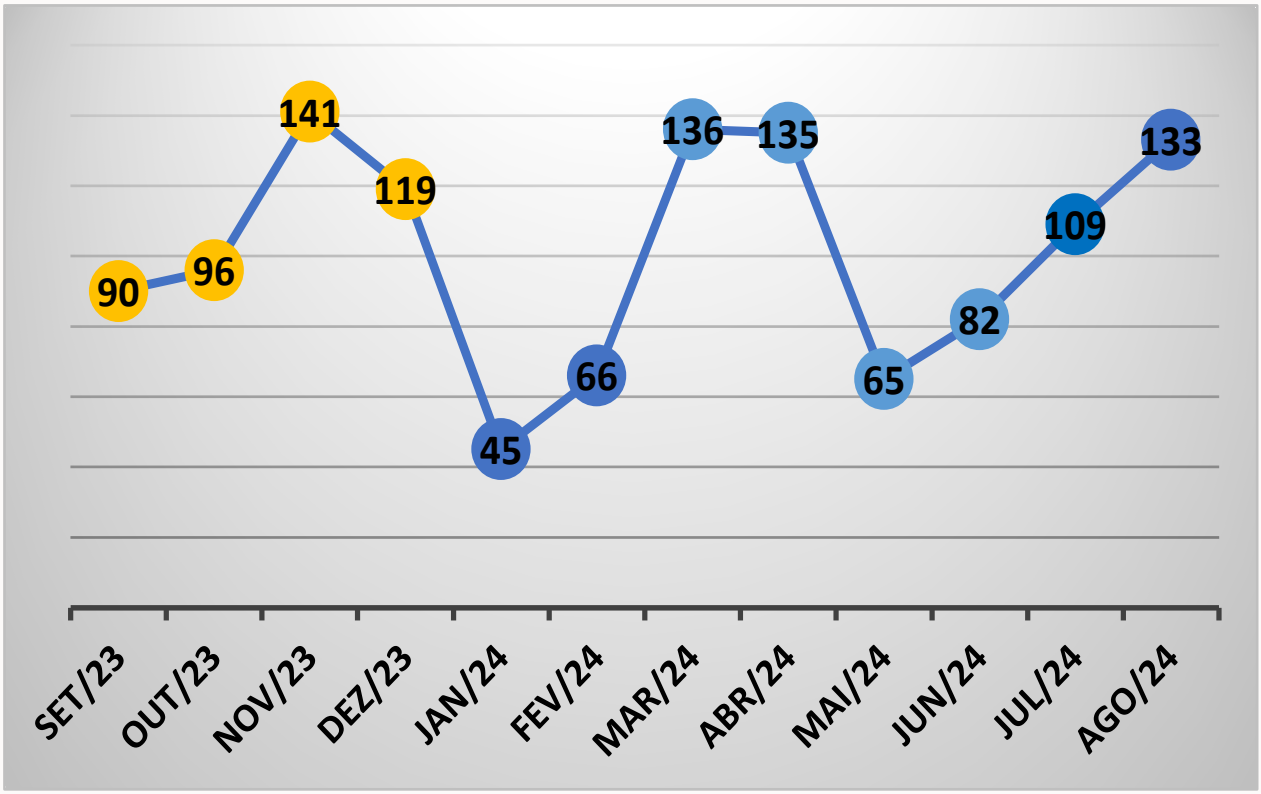
RESOLUÇÃO Nº 16, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 (DOU de 30/09/2024 Seção II Pág. 82) – Fica instituído, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), o Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) de revisão do Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicletas - da Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) - Atividades Operações Perigosas;

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 (DOU de 30/09/2024 Seção II Pág. 82) - Fica instituído, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), o Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) de elaboração de Anexo sobre Atividades Perigosas dos Agentes das Autoridades de Trânsito para a Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) - Atividades Operações Perigosas;

LEI Nº 14.992, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024 (DOU de 04/10/2024 Seção I Pág. 04) - Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer medidas que favoreçam a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho;

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 35 (NR 35) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT / Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula